

POLÍTICA REDISTRIBUTIVA COMO SUPOSTO INSTRUMENTO DE OBTENÇÃO DE VOTO: uma análise do Programa Bolsa família e comportamento eleitoral entre 2006 e 2018

Weslei Gusmão Piau Santana¹

Maria Núbia Oliveira da Silva Novaes²

Anderson Dias Brito³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, a partir de uma classificação macro, nas esferas estadual e regional, analisar se existe uma relação entre o comportamento eleitoral e a concessão do Programa Bolsa Família para o período de 2006 a 2018. À luz de estudos realizados por instituições que também promovem a coleta de dados no Brasil, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), buscou-se extrair dados secundários pertinentes ao tema e que receberam tratamento quantitativo. Os resultados mostram que estados e regiões que tiveram participação efetiva no PBF apresentam diferenças na preferência eleitoral. Com isso, não é possível afirmar que o Programa Bolsa Família é um instrumento de obtenção de

331

1 Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Membro de Grupo de Pesquisa em Administração Política - UESB. Email: wpiou@hotmail.com

2 Especialista em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Católica Dom Bosco e em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Ciências e Tecnologia. Graduada em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Email: nubia.novaes@ba.sebrae.com.br

3 Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão de Produção e Logística Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Membro de Grupo de Pesquisa em Administração Política - UESB. Email: andersonbrito.adm@gmail.com

voto, uma vez que existem outras variáveis e políticas públicas que circundam a escolha ou não por determinada sigla partidária.

Palavras-chave: Eleições. Política. Desigualdades Sociais. Redistribuição de Renda.

**REDISTRIBUTIVE POLICY AS SUPPORTED INSTRUMENT
FOR OBTAINING VOTE: an analysis of the Bolsa Família
program and electoral behavior between 2006 and 2018.**

ABSTRACT

The objective of this work is, based on a macro classification, at the state and regional levels, to analyze if there is a relationship between electoral behavior and the granting of the Bolsa Família Program for the period from 2006 to 2018. In the light of studies carried out by institutions which also promote data collection in Brazil, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Superior Electoral Tribunal (TSE) and the Ministry of Social Development (MDS), we sought to extract secondary data pertinent to the subject that received quantitative treatment. The results show that states and regions that had an effective participation in the PBF show differences in electoral preference. With this, it is not possible to affirm that the Family Grant Program is an instrument of obtaining voting, since there are other variables and public policies that surround the choice or not by certain partisan acronym.

Keywords: Elections. Politics. Social Differences. Redistribution of Income.

POLÍTICA REDISTRIBUTIVA COMO SUPOSTO INSTRUMENTO DE OBTENCIÓN DE VOTO: un análisis del Programa Bolsa familia y comportamiento electoral entre 2006 y 2018.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es, a partir de una clasificación macro, en las esferas estadual y regional, analizar si existe una relación entre el comportamiento electoral y la concesión del Programa Bolsa Familia para el período de 2006 a 2018. A la luz de estudios realizados por instituciones que también promueven la recolección de datos en Brasil, como Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), Tribunal Superior Electoral (TSE) y Ministerio de Desarrollo Social (MDS), se buscó extraer datos secundarios pertinentes al tema y que recibieron tratamiento cuantitativo. Los resultados muestran que estados y regiones que tuvieron participación efectiva en el PBF presentan diferencias en la preferencia electoral. Con ello, no es posible afirmar que el Programa Bolsa Familia es un instrumento de obtención de voto, ya que existen otras variables y políticas públicas que circundan la elección o no por determinada sigla partidista.

333

Palabras clave: Elecciones. La Política. Desigualdades Sociales. Redistribución de Ingresos.

1 INTRODUÇÃO

A disputa pelo poder é uma constante na realidade política brasileira, pela qual as autoridades visam buscar a continuidade de seus mandatos, com a expansão dos campos eleitorais que as apoiam, principalmente nos processos entendidos como democráticos e que envolvem disputas por cargos. Assim, o processo eleitoral, ao tempo em que se evidencia como sustentação da democracia, pode ser

entendido como disputa pelo poder político – elemento chave para a elaboração e análise de políticas públicas.

Após a implementação do plano real na década de 1990, houve uma preocupação mais acentuada com as desigualdades sociais, o que levou Fernando Henrique Cardoso (FHC) a instalar diversas políticas assistencialistas, como Vale Gás, Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, buscando retirar os auxílios esporádicos do governo e estimular o desenvolvimento social e o acesso à educação. Posteriormente, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) criou, em 2002, o Programa Bolsa Família (PBF) com a fusão e o aprimoramento de programas anteriores de FHC, com o objetivo de diminuir a pobreza e a extrema pobreza no país

Nesse sentido, o PBF constitui uma renda mensal oferecida pelo Estado, por meio da transferência condicional para famílias elegíveis (CAVALCANTI et al., 2016). Tal condicionalidade está ligada à exigência, por parte dos governos, de que as crianças beneficiárias devam estar regularmente matriculadas, frequentando a escola e em dia com a vacinação. Levando em consideração que no país há regiões com níveis desproporcionais de desenvolvimento, diversas correntes justificam a presença do PBF nas regiões com baixos indicadores socioeconômicos. Por outro lado, correntes contrárias alegam que o Programa Bolsa Família eterniza a pobreza, fazendo com que grande parte dos beneficiários aprendam a se manter apenas com o valor que recebem (JUNCA, 2007), e que se tornou um instrumento de marketing para obtenção de voto nas eleições (MOURA, 2007). Nesta perspectiva, os eleitores votam em determinado partido político ou candidato para garantir a continuidade do recebimento do benefício.

Levando em consideração que o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupou a presidência da República durante catorze anos, marcados por grandes feitos, mas, também, por grandes escândalos de

corrupção, é evidente que o comportamento dos eleitores perante o PT sofreu modificações ao longo do tempo.

Assim, o objetivo deste trabalho não é encerrar os debates sobre a tese de que o PBF influenciou a opção do voto, mas, pela observação da conduta eleitoral dos estados e das regiões com mais beneficiários e dos que mais votaram a favor do Partido dos Trabalhadores, analisar as relações entre o comportamento eleitoral e a concessão do Programa Bolsa Família no período de 2006 a 2018. Com esta análise, pretende-se contribuir para as discussões acerca dos fenômenos que circundam o recebimento do benefício e a escolha do voto, uma relação que pode abrir caminhos para compreender as ações da política brasileira.

2 ABORDAGEM DO PROBLEMA

Existem diversas definições a respeito de políticas públicas. Para Melazzo (2010), trata-se de uma linha de estratégias adotadas para se lidar com determinados objetivos ou problemas previamente selecionados. Secchi (2011) afirma que as políticas públicas são operacionalizadas com orientações persuasivas ou dissuasivas. Para Bobbio (2002), elas são direcionadas para aquisição dos objetos necessários à execução do poder sobre o homem. Nesse sentido, este arranjo provoca reflexões acerca das finalidades das políticas públicas e seus diferentes conceitos, considerando as características de persuasão e influência nos beneficiários e as soluções para problemas públicos.

O Programa Bolsa Família (PBF) se caracteriza como política redistributiva, uma vez que oferece ganhos para determinada categoria em detrimento de outras e, conseqüentemente, se torna altamente conflituosa. As divergências sobre a implementação do PBF são associadas à concepção de uma ajuda que mata a fome, mas que provoca a possibilidade de promoção do comodismo e do

contentamento com a renda mínima (JUNCA, 2007; ZIMMERMANN, 2009). Em contraposição, Gisele Silva (2012) e Schmidt (2006) asseguram que os beneficiários do PBF não se acomodam. Ao contrário, eles buscam inserção no mercado de trabalho, contribuem para a economia pelo poder de compra, mas precisam de ajuda para que alcancem o mínimo de desenvolvimento e possam caminhar sozinhos.

336 OPBF surgiu com o objetivo de cooperar para a inclusão social de milhares de famílias brasileiras premidas pela miséria e, assim, provocar a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (CAMPELLO; NERO, 2013). Entretanto, Moura (2007) afirma que o programa surgiu mais como uma ferramenta de marketing, ao invés de estar propriamente amparada numa concepção teórica e estratégica que deveria orientar políticas públicas consistentes. O que não se pode negar, são os impactos positivos que o PBF trouxe para as classes menos favorecidas economicamente. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2014), entre os anos de 2003 e 2008, a porcentagem de extremamente pobres diminuiu de 17,5% para 8%; e, de acordo com o Coeficiente de Gini, entre 2001 e 2013, os programas de distribuição de renda foram um dos principais responsáveis pelo decréscimo de 0,59 para 0,495 da desigualdade de renda no Brasil. Assim, os recursos públicos aplicados no programa trouxeram impactos positivos na economia, sendo que, em 2006, o gasto foi de 1% do PIB, mas com um retorno estimado de 1,44%, gerando, também, um aumento de 2,25% na renda das famílias (MOSTAFA et al., 2010; CAMPELLO; NERO, 2013).

Tais benefícios aliados a outras políticas públicas resultaram em crescimento e desenvolvimento econômico e social, maior consumo, inclusão social, redução da pobreza, mais empregos formais, redução da mortalidade infantil, avanço em número de universidades, combate à seca e acesso facilitado à água e a luz. Esse conjunto de ações fez

com que regiões mais carentes fossem mais sensíveis às políticas públicas e elevassem seu nível de satisfação com os agentes públicos que promoveram desenvolvimento e qualidade de vida. Diversos autores (DELLA; MORLINO, 2001; SECCHI, 2011) discorrem sobre o surgimento de grupos de interesses, organizados de forma a utilizar recursos para influenciar nas políticas públicas e suas decisões, a partir da formação de duas elites, uma demandante, que defende as políticas públicas e quer sua continuidade, e outra, que defende o descarte dessas políticas. Os grupos de interesse pelo descarte ou reformulação do PBF se baseiam em informações relativas a pessoas com menor segurança econômica, que colocam suas necessidades básicas acima de princípios éticos e requerem que elas sejam supridas em curto prazo, fazendo com que os eleitores beneficiários tenham maior sensibilidade a políticas públicas que aumentem de forma direta ou indireta o nível de renda e podem influenciar no comportamento eleitoral (HUNTER; POWER, 2007; CALVO; MURILLO, 2004).

337

Em contraponto, Teles e col. (2009) defendem a teoria de que o eleitor vota como um magistrado, conforme a avaliação dos resultados políticos e econômicos, isto é, pune o governo, quando as coisas estão mal e o apoia, quando as coisas estão bem. Para os autores, esses eleitores, quando em condições socioeconômicas semelhantes, tendem a um comportamento político também similar, e isso não exclui outras variáveis e políticas públicas que são levadas em consideração no processo de escolha por determinada sigla partidária. Com isso, a resposta do eleitorado ao incentivo das políticas públicas se mostra cada vez mais complexa e, quanto mais heterogêneo em relação ao nível de renda, maior é o risco por parte do governo, se a finalidade for a obtenção de voto conforme o ponto de satisfação dos eleitores.

2.1 Governo Lula 2003-2006

No programa de governo para 2003-2006, o então presidente Lula defendeu o combate à fome, a criação de melhores condições de estudo para a população mais vulnerável e a desconcentração de renda em um país historicamente aprofundado pelas desigualdades sociais (GONÇALVES, 2003; JUREMIR SILVA, 2006). Assim, como o enfoque no primeiro mandato do PT se direcionou às classes menos favorecidas, as regiões Sul e Sudeste, que tinham sido alvo de políticas públicas em governos anteriores, que as fizeram alcançar os melhores indicadores de desenvolvimento do Brasil, não apresentaram grandes avanços econômicos no primeiro Governo Lula.

338

As políticas de distribuição de renda e industrialização das regiões Norte e Nordeste durante o primeiro Governo Lula fizeram com que essas regiões tivessem surtos de desenvolvimento: a indústria e o comércio do Nordeste cresceram mais do que a média nacional, ocasionando o surgimento de novos consumidores nas classes “C” e “D” (VICTOR; COBOS, 2006). Em outras regiões do país, a política cambial, aliada à gripe suína e à aftosa, afetou o setor agrário e agropecuário, gerando a falta de recursos dos produtores do Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que tinham sido os principais atores no processo produtivo e de exportação dessas commodities, levando-os a diversas crises no período (CABRINI, 2009).

No Constructo Político, o PT enfrentou uma crise relacionada ao principal caso de corrupção do partido à época, “Omensalão”. Trazido à cena pública em 2005, “Omensalão” afetou profundamente a primeira gestão de Lula com a implicação de altos dirigentes do partido e de integrantes do governo em uma onda de denúncias de irregularidades, sendo, certamente, um divisor de águas no campo da política institucional do país (MARIA SILVA, 2014).Em

campanha eleitoral para a presidência da República em 2006, o candidato do PT evidenciou o programa de maior apreço, o Bolsa Família, salientando os benefícios que o programa trouxera para o Brasil e, principalmente, para as classes menos favorecidas. Os benefícios do PBF, como símbolo de prosperidade, foram levados à mídia, objetivando dar ciência aos cidadãos dos trabalhos que foram realizados e dos reflexos positivos. Diante de tal cenário, iniciou-se uma ruptura ideológica entre a maioria dos estados do Sul e Sudeste e a base eleitoral de Lula, sustentada pela insatisfação em relação à economia regional, às políticas redistributivas e aos grandes escândalos de corrupção.

2.2 Governo Lula 2007 – 2010

Quanto ao segundo Governo Lula, uma de suas primeiras ações foi instalar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 2007, e que trouxe investimentos intensivos na construção civil, especialmente nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, visando eliminar os principais gargalos que impediam o crescimento econômico e abolir as desigualdades regionais (RODRIGUES; SALVADOR, 2011).

Com o estímulo ao capital privado, aliado às políticas cambiais favoráveis à exportação, o Brasil se destacou como grande exportador de commodities, chegando a avançar 22,0% entre 2003 e 2008 (GALETTI; HIRATUKA, 2013). Além disso, o otimismo do Governo Lula, gerado pela descoberta do pré-sal e a intensificação de políticas sociais, como o aumento do salário mínimo, abertura de novas linhas de crédito, investimentos triplicados em educação, desenvolvimento industrial e agrário, levou o país a emergir como potência global (ANDERSON, 2011). No entanto, decorrente da crise oriunda do setor hipotecário dos Estados Unidos, o cenário de crescimento do Brasil foi interrompido em 2009, com medidas de contenção

imediatas e eficazes para diminuir os impactos na economia do país, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a intensificação das políticas de distribuição de renda com o Programa Bolsa Família.

Apesar dos grandes avanços, é importante também mencionar os escândalos de corrupção no segundo mandato do presidente Lula, como a utilização de cartão corporativo por funcionários do governo federal e da Presidência da República para bancar despesas pessoais. Essa notícia circulou maciçamente na mídia brasileira desde o final de janeiro de 2008 até início de junho do mesmo ano (SANTOS, 2010) e contribuiu para a degradação do Governo Lula, já desgastado por um segundo mandato, pelos casos anteriores de corrupção, fazendo com que o PT perdesse mais apoio para a presidência da República nas eleições de 2010.

2.3 Governo Dilma 2011-2014

340

A partir de 2011, a economia brasileira desacelerou em decorrência de diversos motivos, especialmente a crise de 2008, que se manifestou por todo o mundo e, em determinado momento, alcançou o Brasil. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, o investimento público sofreu flutuações entre retração e expansão em anos alternados, resultando em queda brutal da taxa média de crescimento, para 0,7% a.a (GENTIL; HERMMAN, 2017). No entanto, os autores afirmam a permanência da marca do governo –a transferência de renda –, levando os gastos com previdência e assistência social alcançarem 9,4% do PIB no período 2011-2014, chegando a 10,0% em 2014.

A intensificação das políticas de transferência de renda, aliada ao desempenho fraco da economia e à corrupção, reforçou insatisfação das classes economicamente mais favorecidas com o governo petista. Por outro lado, a maior parte da população de classe média, inclusive as pessoas que conseguiram ascensão para esta classe

no Governo Lula, também foram afetadas pelas políticas fiscais do Governo Dilma. Em continuidade, a mídia começou a expor diversos casos de superfaturamento de obras públicas, principalmente aquelas vinculadas aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, vistas, de modo geral, pela população como desperdício de recursos públicos, que deveriam ser aplicados em áreas como saúde, segurança e educação.

A Internet como veículo de circulação de informação e articulação dos movimentos sociais também ganhou maior visibilidade com os protestos de 2013, que alcançaram o ápice em junho de mesmo ano, tornando-se um espaço relevante no espectro político e meio de promoção de debates. Protestos, repudiados pela polícia militar, surgiram em inúmeras cidades do país, liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL) com manifestações contra o aumento na passagem do transporte coletivo. Além disso, outras questões conseguiram protagonismo, como a qualidade dos serviços de transporte público, saúde, educação, moradia, violência policial, corrupção, entre outras, que geravam insatisfação na população quanto à atuação do poder público e que demandavam respostas concretas do governo (WARREN, 2014).

341

2.4 Governo Dilma 2015-2016

As eleições de 2014 constituíram-se em um marco na política brasileira. Pela primeira vez, desde a redemocratização, uma sigla partidária ocupou durante tanto tempo, doze anos consecutivos, o maior cargo do poder executivo. A partir daquele ano, começou a haver também um crescimento da rejeição ao PT, especialmente por causa das denúncias de corrupção envolvendo o partido (RIBEIRO et al., 2016). Uma dessas, relacionadas à Operação Lava Jato, iniciada em março do mesmo ano, investigou um grande esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos de

diversos partidos, inclusive do PT e PMDB, que compunham a chapa vitoriosa (CIOCCARI,2015).

Após enfrentar uma disputa eleitoral em que se consagrou com a diferença de, aproximadamente, 3,28% dos votos, a candidata Dilma foi reeleita presidente da República, em segundo turno, com mais de 54 milhões de votos. Observa-se também que a vantagem a favor do PT foi a menor desde 2002. Do mesmo modo, percebe-se certo padrão de votação em comparação com as eleições de 2010, exceto no DF, onde, anteriormente, a maioria simples dos votos válidos tinha sido a favor da oposição, quadro alterado nas eleições de 2014.

Durante o segundo Governo Dilma, o país saiu de um quadro de desaceleração do crescimento para a recessão ea intensificação de uma crise política e econômica. Como resposta, a presidente anuncia corte de gastos em diversos segmentos da economia, inclusive na distribuição de renda, e elevação de tributos, surpreendendo a base eleitoral que acreditara em suas duras críticas tecidas à oposição. Tais ações se fundamentaram na tentativa de conciliação com grupos empresariais que se colocaram contra a chamada “nova matriz econômica” e por questões políticas com uma tentativa de realizar uma agenda centro-direita(BASTOS, 2017).

Na medida em que a Operação Lava Jato e o mau desempenho da economia progredia, eclodiam diversos protestos pelo Brasil afora, em que os movimentos sociais contra o Governo Dilma foram um reflexo da grande polarização dos partidos que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais (JUSTUS; AGGIO, 2018). A maioria dos manifestantes era formada de indivíduos brancos, com alto grau de escolaridade, renda média superior a cinco salários mínimos e que usavam a Internet para se informar sobre a política (TELLES, 2016).

Durante a tentativa de fazer uma agenda centro-direita, Dilma tentou buscar o apoio do Congresso Nacional para propor mudanças nas

contas públicas à custa de sua popularidade perante a população. A presidente, porém, não alcançou os resultados desejados e começou a perder a governabilidade, uma vez que os partidos que a apoiavam começaram a debandar da coligação, até mesmo o partido do vice-presidente da República rompeu com o PT, deixando-o praticamente isolado. Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados aceitou o pedido de impeachment contra a presidente Dilma, que, após os ritos previstos na legislação, foi definitivamente afastada do cargo de presidente da República em 31 de agosto de 2016, assumido pelo vice-presidente, Michel Temer, dando fim a um ciclo de catorze anos de gestão petista.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

De modo a atender ao objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo, estabelecendo relações entre variáveis e descrevendo características de um fenômeno. Isto é, através da observação, registro, análise e ordenação de dados, a pesquisa descritiva procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, natureza, características, causas e relações com outros fatos (PREDANOV; FREITAS, 2013). Nesse sentido, os dados foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Sistema de Informações Eleitoral (SIEL), vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral; e do sistema Visualizador de Dados Sociais (VISDATA), um banco de dados construído em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), com acesso via Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

As informações coletadas se referem ao número absoluto de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e ao número de habitantes em âmbito estadual e regional, entre 1º de janeiro de 2004 e 31 de junho de 2018, através do VISDATA e SIDRA, respectivamente.

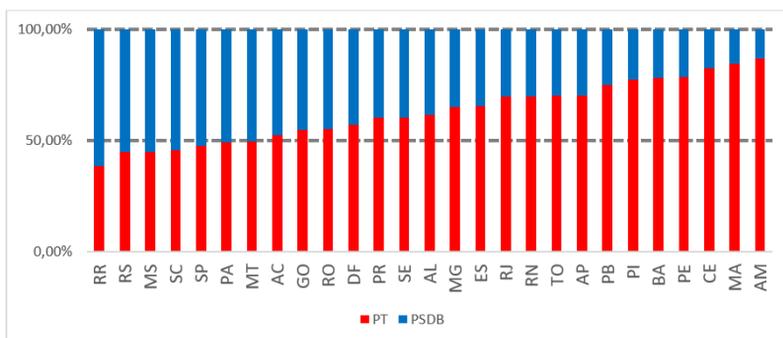
Em relação aos dados eleitorais, estes foram extraídos do Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) e referem-se ao quantitativo de votos válidos para as eleições presidenciais de 2006 a 2018, nas mesmas esferas citadas. Os dados foram analisados em duas etapas. Na primeira, foram analisados os estados e as regiões que mais ofereceram votos favoráveis ao Partido dos Trabalhadores e que tiveram maior número de famílias beneficiárias do PBF, ambos em números absolutos. Na segunda, verificaram-se estados e regiões que mais receberam auxílio do PBF e que mais votaram a favor do PT, dada a população e dado o quantitativo de votos válidos, respectivamente, e em termos proporcionais.

4 ANÁLISE DE DADOS ELEITORAIS E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

4.1 Eleições Presidenciais e Abrangência do PBF em 2006

344 Diferentemente das eleições de 2002, em que Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) alcançou a maioria simples em quase todos os estados brasileiros, exceto em Alagoas, a eleição de 2006 consolidou uma divisão entre regiões. Apesar de Lula ter conseguido se reeleger, em segundo turno, com de 58 milhões de votos, aproximadamente, ele perdeu a maioria simples em sete estados – três na região Sul, um no Sudeste e um no Norte. No entanto, conforme Gráfico 01, o PT alcançou maior representatividade dos votos válidos em grande parte dos estados situados na região Norte e Nordeste.

Gráfico 01- Resultado das eleições presidenciais, por estado, em 2006



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2006.

Elaboração Própria.

No que tange à atuação do PBF(Quadro01) e o resultado eleitoral de 2006 (Gráfico 01), percebe-se que os dez estados mais beneficiados pelo PBF, proporcionalmente à população, alcançaram a maioria simples na reeleição do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, o estado de Roraima, com relativa participação do PBF, se comparado a estados como São Paulo e Santa Catarina, foi o que mais votou pela oposição ao PT. Ainda assim, em números absolutos, a Bahia está entre os dez estados com mais famílias beneficiárias, seguido por Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba, sendo que o PT alcançou a maioria simples em sete desses estados.

Quadro 01 - Ranking dos estados que possuem maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2006 e proporcional a sua população individual

	UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP		UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP		UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP
1º	PI	366.906	12,08%	10º	TO	106.537	8,00%	19º	MT	136.495	4,78%
2º	MA	706.878	11,43%	11º	RR	31.850	7,90%	20º	GO	259.524	4,53%
3º	PB	406.904	11,23%	12º	AC	53.404	7,78%	21º	PR	452.172	4,35%
4º	AL	339.921	11,14%	13º	PA	506.444	7,12%	22º	AP	26.244	4,26%
5º	CE	882.220	10,74%	14º	AM	204.075	6,16%	23º	RS	436.169	3,98%
6º	PB	860.546	10,12%	15º	RO	94.953	6,08%	24º	DF	85.725	3,60%
7º	BA	1.391.245	9,97%	16º	MG	1.128.261	5,79%	25º	RJ	441.667	2,84%
8º	RN	298.643	9,81%	17º	ES	191.421	5,53%	26º	SP	1.114.328	2,71%
9º	SE	189.304	9,46%	18º	MS	114.876	5,00%	27º	SC	139.098	2,33%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.
Elaboração Própria.

346

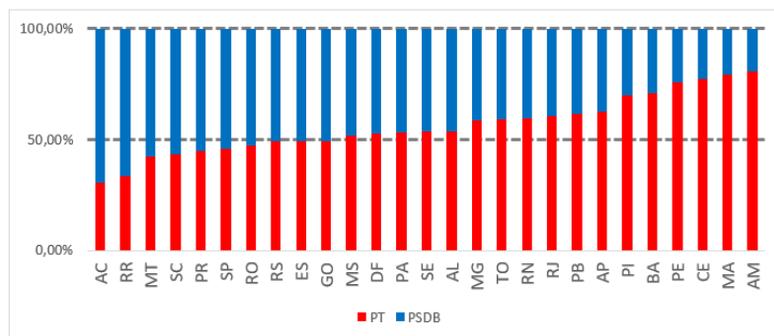
É válido lembrar que, em 2006, e em números absolutos, a região Sudeste foi responsável por 41,55% dos votos a favor do Partido dos Trabalhadores, seguida da região Nordeste (33,21%), Sul (11,94%), Norte (7,30%) e Centro-Oeste (6,0%). Do mesmo modo, em número absoluto de famílias que recebem PBF, destaca-se a região Nordeste com 49,63% dos beneficiários, seguida pela região Sudeste (26,22%), Sul 9,37%, Norte (9,33%) e Centro-Oeste (5,44%).

4.2 Eleições Presidenciais e Abrangência do PBF em 2010

Por meio de um programa de governo ainda voltado para as classes menos favorecidas e buscando dar continuidade às políticas de Lula, a candidata Dilma conseguiu se eleger presidente da República em 2010 e em segundo turno, com, aproximadamente, 56 milhões de votos. Observa-se, entretanto, que a presidente perdeu maioria simples em mais quatro estados – dois na região Norte, um na Centro-Oeste e um na região Sudeste, se comparado com o mesmo resultado das eleições presidenciais de 2006. Conforme Gráfico 02, o PT continuou a alcançar maior representatividade dos votos válidos,

em nível estadual, em grande parte dos estados situados na região Norte e Nordeste.

Gráfico 02 - Resultado das eleições presidenciais, por estado, em 2010



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2010.
Elaboração Própria.

Em relação à amplitude do PBF (Quadro02) e o resultado eleitoral de 2010 (Gráfico 02), fica evidente que, dos dez estados que mais contam com famílias beneficiárias do PBF, proporcionalmente a sua população, nove alcançaram a maioria simples pela reeleição do PT. No entanto, os estados de Roraima e Acre, com relativa participação proporcional e baixos indicadores sociais, foram os estados em que mais se votou pela oposição ao PT. Em números absolutos, a Bahia continua se destacando entre os dez estados com mais famílias beneficiárias, seguido, dessa vez, por São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul. O PT continua a alcançar a maioria simples em sete desses estados.

347

Quadro 02 - Ranking dos estados que possuem maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2010 e proporcional a sua população individual

	UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP		UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP		UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP
1º	PI	420.392	13,48%	10º	RR	42.213	9,36%	19º	GO	326.084	5,43%
2º	AL	414.112	13,27%	11º	TO	128.432	9,28%	20º	MS	132.887	5,43%
3º	MA	871.297	13,26%	12º	PA	680.804	8,97%	21º	ES	189.983	5,41%
4º	CE	1.022.259	12,10%	13º	AC	59.779	8,16%	22º	PR	466.607	4,47%
5º	PB	450.525	11,96%	14º	AM	278.893	8,01%	23º	RJ	685.301	4,28%
6º	PE	1.045.268	11,88%	15º	RO	114.112	7,31%	24º	RS	453.761	4,24%
7º	BA	1.662.069	11,85%	16º	AP	44.096	6,59%	25º	DF	98.552	3,85%
8º	SE	230.418	11,14%	17º	MG	1.135.715	5,80%	26º	SP	1.174.844	2,85%
9º	RN	338.424	10,68%	18º	MT	167.693	5,53%	27º	SC	143.700	2,30%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2010.
Elaboração Própria.

348

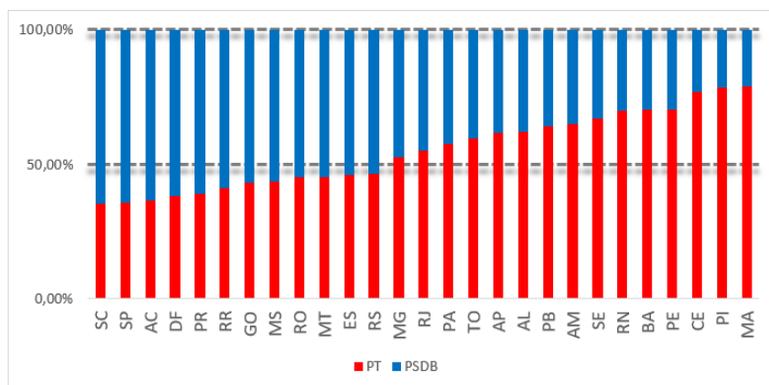
Em 2010 e em números absolutos, a região Sudeste foi responsável por 40,47% dos votos a favor do Partido dos Trabalhadores, seguida pela Nordeste (33,05%), Sul (13,05%), Norte (7,25%) e Centro-Oeste (6,18%). Do mesmo modo, em número absoluto de famílias beneficiárias do PBF, continua se destacando a região Nordeste, agora responsável por 50,51% dos beneficiários, seguida pela Sudeste (24,93%), Norte (10,55%), Sul (8,33%), e Centro-Oeste (5,68%).

4.3 Eleições Presidenciais e Abrangência do PBF em 2014

Quanto às eleições de 2014, é importante observar que a candidata Dilma carregava a marca de doze anos de governo petista, o que, de certa forma, desgastava a imagem do partido, o baixo desempenho econômico e os escândalos de corrupção. Ao fim do período eleitoral, Dilma foi reeleita, em segundo turno, com mais de 54 milhões de votos. O Partido dos Trabalhadores perdeu a maioria simples em mais uma unidade federativa, situada na região Centro-Oeste, se comparado com o resultado eleitoral de 2010, e a diferença de votos entre o PT e a oposição foi a menor desde que o partido assumira o maior cargo do executivo. Conforme Gráfico 03, o PT

permaneceu com a maior representatividade dos votos válidos, em âmbito estadual, em grande parte dos estados que estão situados nas regiões Norte e Nordeste.

Gráfico 03 - Resultado das eleições presidenciais, por estado, em 2014



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.
Elaboração Própria.

No que tange à abrangência do PBF (Quadro03) e o resultado eleitoral de 2014 (Gráfico 03), dos dez estados com maior número de famílias que recebiam o benefício, proporcionalmente à população, os dez alcançaram a maioria simples na reeleição do PT. Por outro lado, os estados do Acre e Roraima continuaram a ter representatividade no PBF, mas, também, continuaram a não alcançar a maioria simples a favor do PT. Em números absolutos, a Bahia permanece como primeiro entre os dez estados com mais famílias beneficiárias, seguido, dessa vez, por São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Paraíba e Piauí. O PT alcançou maioria simples em nove desses estados.

Quadro 03 - Ranking dos estados que possuem maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2014 e proporcional a sua população individual

	UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP		UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP		UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP
1º	MA	985.136	14,38%	10º	RN	362.805	10,64%	19º	MG	1.143.020	5,51%
2º	PI	456.811	14,30%	11º	AC	78.561	9,94%	20º	GO	336.606	5,16%
3º	PB	524.967	13,31%	12º	RR	48.104	9,68%	21º	RJ	827.847	5,03%
4º	AL	439.655	13,24%	13º	TO	139.295	9,31%	22º	ES	190.049	4,89%
5º	CE	1.089.813	12,89%	14º	AM	358.516	9,26%	23º	RS	434.715	3,88%
6º	SE	281.231	12,67%	15º	AP	55.527	7,39%	24º	PR	406.918	3,67%
7º	PE	1.150.879	12,40%	16º	RO	114.170	6,53%	25º	DF	86.524	3,03%
8º	BA	1.808.376	11,96%	17º	MT	186.272	5,78%	26º	SP	1.327.024	3,01%
9º	PA	887.426	10,99%	18º	MS	145.224	5,54%	27º	SC	137.970	2,05%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.

Elaboração Própria.

350

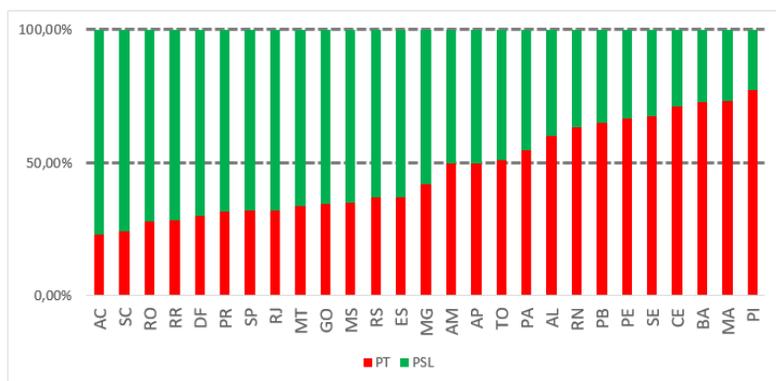
Em 2014 e em números absolutos, a região Nordeste foi responsável por 37,57% dos votos a favor do Partido dos Trabalhadores, seguida pela Sudeste (36,49%), Sul (12,41%), Norte (8,07%) e Centro-Oeste (5,98%). Do mesmo modo, em número absoluto de famílias que recebiam o PBF em âmbito nacional, continuava se destacar a região Nordeste, agora responsável por 50,70% dos beneficiários, seguida pela Sudeste (24,91%), Norte (12,01%), Sul (7,0%), e Centro-Oeste (5,39%). Percebe-se, assim, que houve nova permuta em 2014: a maioria dos votos em números absolutos a favor do PT que eram oriundos do Sudeste passou a ser do Nordeste em 2014, por uma diferença aproximada de 1,5% entre essas regiões.

4.4 Eleições Presidenciais e Abrangência do PBF em 2018

Em relação às eleições de 2018, o candidato do PT, Fernando Haddad, que se defrontou com uma onda antipetismo e desgaste de catorze anos de gestão petista, principalmente do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, a qual sofreu processo de impeachment em 2016, buscou revitalizar a imagem do partido. Ao fim do período eleitoral, Fernando Haddad não conseguiu ser eleito, em segundo

turno. Obteve, aproximadamente, 47.040.906 milhões de votos, o Partido dos Trabalhadores não alcançou a maioria simples em mais quatro estados, se comparado com as eleições de 2014 – dois na região Norte e dois na Sudeste. Conforme Gráfico 04, o PT obteve representatividade de votos válidos em âmbito estadual apenas em estados que estão situadas na região Nordeste.

Gráfico 04 - Resultado das eleições presidenciais, por estado, em 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018.
Elaboração Própria.

No que tange ao alcance do PBF (Quadro04) e o resultado eleitoral de 2018 (Gráfico 04), dos dez estados que mais tinham famílias beneficiárias, proporcionalmente à população, caso sejam analisadas as dez unidades federativas que mais recebiam o benefício do programa, proporcional à população, nove alcançaram maioria simples a favor do PT. No entanto, estados como Acre, Roraima, Amazonas e Amapá, com relativa participação no PBF e baixos indicadores sociais, não alcançaram a maioria simples favorável a Fernando Haddad. Em números absolutos, a Bahia continua se destacando, primeiro lugar, entre os dez estados com mais famílias beneficiárias, seguido, dessa vez, por São Paulo, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais, Maranhão,

Pará, Rio de Janeiro, Paraíba e Piauí. O PT alcançou maioria simples em sete desses estados.

Quadro 04 - Ranking dos estados que possuem maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2018 e proporcional a sua população individual

	UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP	UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP	UF	FAMÍLIAS (PBF)	PBF/POP		
1º	PB	504.492	14,50%	10º	AC	86.283	9,93%	19º	MT	154.780	4,50%
2º	MA	976.169	13,88%	11º	RN	343.899	9,88%	20º	MS	123.568	4,50%
3º	PI	446.504	13,68%	12º	AM	397.006	9,73%	21º	ES	173.513	4,37%
4º	SE	280.158	12,30%	13º	AP	73.898	8,91%	22º	GO	301.036	4,35%
5º	BA	1.814.826	12,25%	14º	RR	45.890	7,96%	23º	SP	1.530.794	3,36%
6º	PE	1.135.807	11,96%	15º	TO	121.374	7,80%	24º	PR	363.352	3,20%
7º	AL	396.896	11,94%	16º	MG	1.029.209	4,89%	25º	RS	357.472	3,16%
8º	CE	1.043.476	11,50%	17º	RJ	819.638	4,78%	26º	DF	74.122	2,49%
9º	PA	944.283	11,09%	18º	RO	81.957	4,66%	27º	SC	115.939	1,64%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

Elaboração Própria.

352

Em 2018 e em números absolutos, a região Nordeste foi responsável por 43,18% dos votos a favor do Partido dos Trabalhadores, seguida pela Sudeste (31,96%), Sul (10,97%), Norte (8,37%) e Centro-Oeste (5,52%). Do mesmo modo, em número absoluto de famílias que recebem PBF em âmbito nacional, continua se destacando a região Nordeste, agora responsável por 50,30% dos beneficiários, seguida pela Sudeste (25,80%), Norte (12,72%), Sul (6,09%) e Centro-Oeste (5,08%).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se apresentou neste estudo, a análise da trajetória petista pela presidência da República, a partir de uma classificação em âmbito estadual e regional, contribui para explicar as preferências eleitorais e a concessão do PBF entre 2006 e 2018. Levando em consideração que as eleições presidenciais não são definidas pela maioria simples dos estados, e, sim, pelo quantitativo total de número de votos

em âmbito nacional, percebe-se que a região Sudeste possui uma representatividade maior, tendo em vista que se constitui no maior colégio eleitoral do Brasil. Tal região foi a que mais ofereceu votos absolutos a favor do Partido dos Trabalhadores em 2006 e 2010 e a segunda em 2014 e 2018. Apesar de ter os melhores indicadores sociais, o Sudeste tem o segundo maior quantitativo de beneficiários do PBF, mas, por ter uma população ampla, a proporcionalidade faz com que seja considerada uma das regiões que menos recebe, se comparada com as regiões Norte e Nordeste.

A maioria dos estados com mais beneficiários do PBF e baixos indicadores sociais, proporcional à população, votou a favor do PT. No entanto, existiram várias divergências, como no caso de Roraima e Acre, que apresentaram baixos indicadores sociais e participação ampla no PBF, se comparado à proporcionalidade dos estados do Sudeste e Sul, mas não alcançaram a maioria simples em nenhuma das eleições presidenciais analisadas. Do mesmo modo, historicamente as regiões mais pobres não foram assistidas da mesma forma que os estratos sociais mais desenvolvidos. Assim, os agentes públicos que propõem ações direcionadas a esse nicho conseguem obter um nível de satisfação maior do que com aqueles que já estão acostumados a ser beneficiados por outras políticas públicas.

353

Conforme a análise dos dados, não é possível afirmar que o Programa Bolsa Família (PBF) foi exclusivamente fator único para o resultado das eleições de 2006 a 2018, uma vez que, em âmbito estadual e regional, não foi possível analisar diretamente o comportamento eleitoral do próprio beneficiário do PBF. Ainda assim, existiram outras políticas públicas de desenvolvimento e variáveis que influenciaram essas regiões a votarem em alguma sigla partidária de oposição ou a favor do Partido dos Trabalhadores. Para concluir, este estudo não encerra os debates acerca do Programa Bolsa Família como instrumento de obtenção de voto. Ele busca estimular maior

aprofundamento das discussões e, também, provocar reflexões para os atores públicos, a mídia e a própria população, de modo que se consiga diminuir os atritos das políticas redistributivas, garantindo o crescimento econômico e a inclusão social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, São Paulo, v.30, n.91, p.23-52, 2011.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Econ. Contemp. [online]**, Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p. 1-63, 2017.

BOBBIO, N. Democracia. In: N. BOBBIO; N. MATEUCCI; G. PASQUINO (org.), **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da UnB, p. 319-329, 2002.

CABRINI, G. I. M. **Os entraves internos para as exportações de carne bovina no primeiro governo lula**. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, 66p, 2009.

CALVO, E.; MURILLO, M. V. Who Delivers? Partisan Clients in the Argentine Electoral Market. **American Journal of Political Science**, v. 48, n. 4, p. 742-757, 2004.

CAMPELO, T.; NERO, M.C. **Programa Bolsa família: uma década de inclusão e cidadania**. 1.ed. Brasília, IPEA, 2013, 494p.

CAVALCANTI, D. M; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M; SAMPAIO, R. M. B. Impactos do programa bolsa família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 173-201, 2016.

CIOCCARI, D. Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. **Revista Alter Jor**, São Paulo, v.12, n.2, p.58-78, 2005.

Della D. P.; MORLINO. L. Rights and the Quality of Democracy in Italy. A Research Report. Stockholm: IDEA, 2001.

GALETTI, J.; HIRATUKA, C. Financiamento às exportações: uma avaliação dos impactos dos programas públicos brasileiros. **Rev. Econ. Contemp. [online]**, Rio de Janeiro, v.17, n. 3, p.494-516, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482013000300005&script=sci_abstract&tIng=pt . Acesso em 10/11/2018.

GENTIL, D.; HERMANN, J. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia e Sociedade [online]**, Campinas, v. 26, n. 3, p.793-816,2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182017000300793&script=sci_abstract&tIng=pt . Acesso em 10/11/2018.

GONÇALVES, R. Política econômica e macrocenários nacionais: 2003-2006.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 12, p. 28-46, 2003.

355

HUNTER, W; POWER, T. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. **Latin American Politics & Society**, n. 49, p. 1-30, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. **Estimativas de População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e> . Acesso em 10/11/2018.

JUNCA, D.C.M. Nas fronteiras da subalternidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 89, p.52-75, 2007.

JUSTUS, M; AGGIO, G. O. Street protests against Dilma Rousseff's administration and corruption in Brazil: the "higher education effect". **Economic Analysis of Law Review**, Brasília, v. 9, n.1, p. 05-18, 2018.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. *Revistas Tópos*, Presidente Prudente-SP, v.4, n.2, p.9-32, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **Matriz de Informações Sociais**, 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados> . Acesso em 10/11/2018.

MOSTAFA, J.; SOUZA, P.H.G.F.; MONTEIRO VAZ, F. Efeitos econômicos do gasto social no Brasil. In: CASTRO, J. et al. (org.), **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília, IPEA, p.109-160, 2010.

MOURA, P. G. M. Bolsa família: projeto social ou marketing político? **Revista Katálysis**, Santa Catarina, v.10, n.1, p.115-122, 2007

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD. **Síntese de indicadores**, 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 102 p.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo – RS: Universidade Feevale, 2013, 276 p.

356 RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opin. Publica, Campinas**, v.22, n.3, p.603-637, 2016.

RODRIGUES, T. A.; SALVADOR, E. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **SER Social**, Brasília, v.13, n.28, p.129-156, 2011.

SANTOS, C.H. Um panorama das finanças públicas brasileiras de 1995 a 2009. In: CASTRO, J. A.; SANTOS, C. H.; RIBEIRO, J. A. C. (org.), **Coletânea Tributação e equidade no Brasil: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2008-2009**. Brasília: IPEA, 2010.

SCHMIDT, J.P. Exclusão, inclusão e Capital social: O capital social nas ações de inclusão. In: LEAL, R.; REIS, J. R (org.). **Coletânea Demandas sociais e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011, 133p.

SILVA, G. B. S. **Benefício de prestação continuada (loas) e bolsa família como forma de concretização da dignidade da pessoa humana**. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2012, 135 p.

SILVA, J. M. O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno de descobrimento (a cobertura de Veja). **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v.13, n.2, p.7-15, 2006.

SILVA, M. T. Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do “Mensalão”. **Revista Intexto**, Porto Alegre, n.30, p.72-92, 2014.

TELES, H. S.; LOURENÇO. L.C.; STORNI. T. P. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.12, n.1, p.91-116, 2009.

TELLES, H. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n.19, p.97-125, 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Repositório de dados eleitorais**, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais> . Acesso em 10/11/2018.

VICTOR, F. COBOS, P. **Lula perde votos onde economia patina**. Folha de S. Paulo. Especial. São Paulo, 3 out/2006.

WARREN, I, S. Manifestações de rua no brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v.27, n.71, p.417-429, 2014.

ZIMMERMANN, C. R. O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do programa bolsa-família: apontamentos sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda. **Revista do Direito, Santa Cruz do Sul**, v.2, n.32, p.128-140, 2009.